

CIDADANIA

O SURGIMENTO DO CONCEITO DE CIDADANIA

"A polis ateniense vivia uma profunda crise social havia pelo menos um século. A causa era a concentração da posse da terra. Ao longo dos anos, somente os grandes proprietários gozavam do direito à cidadania, ou seja, apenas eles poderiam dispor de participação política, o que gerava grande descontentamento entre as camadas populares. Vários **legisladores** tentaram resolver o problema através de inúmeras reformas, mas sem sucesso. O povo, cansado desse sistema opressivo, apoiou o surgimento da **tiranía**. Contudo, a ameaça da crise social nunca deixou de rondar Atenas. Ao assumir o poder em 508 a. C., ampliei o exercício à cidadania: todo homem, maior de 18 anos, filho de pai e mãe atenienses, residente em qualquer um dos dez *demos* (distritos) em que estava dividida a polis poderia participar de seus destinos políticos. O novo sistema, chamado democracia, representou um grande avanço, apesar de suas contradições: mulheres, estrangeiros e escravos não podiam participar do regime democrático.



Nova experiência de cidadania aconteceu em Roma quase que paralelamente a Atenas a partir de 494 a. C., quando foi instaurado o sistema republicano. Apesar de significar "coisa pública", a participação política na República romana estava limitada aos **patrícios**, que dominavam o **Senado** exercendo cargos vitalícios. Aos **plebeus**, restava uma cidadania baseada em muitos deveres e poucos direitos. Deveriam pagar impostos, servir ao exército, estavam sujeitos à escravidão por dívida e não poderiam exercer cargos públicos. Somente após muitas lutas essa situação mudou: após inúmeras **greves militares**, os plebeus conseguiram a criação do **tribuno da plebe** e a promulgação de leis escritas como, por exemplo, a **Lei das Doze Tábuas**."

*Clistenes,
Atenas, 508 a. C.*

EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE CIDADANIA I

A queda do Império Romano lançou a Europa ocidental em um período de insegurança e incerteza. Assim, a sociedade europeia, durante a **Idade Média**, se adaptou a ordens com funções bem definidas e interligadas de forma a garantir sua sobrevivência. Dentro desse modelo, não havia espaço para qualquer reivindicação por direitos, apesar de algumas concessões feitas pela **Magna Carta**, assinada pelo rei João Sem-Terra, rei da Inglaterra em 1215.

Ao longo do tempo, o aumento da importância das **cidades**, do **comércio**, bem como o surgimento de uma classe social ligada a essas realidades – a **burguesia** – transformaram a sociedade europeia. Uma espécie de aliança surgiu entre essa nova classe e os soberanos em prol de um governo forte, centralizado e amplamente ligado ao comércio e ao urbano. Surgiu assim o **Estado Moderno** que, enquanto garantia participação política à burguesia, não contemplava as camadas mais pobres da população.



O Estado Moderno perdurou até praticamente o século XVII, quando entrou em crise. O primeiro sintoma apareceu na Inglaterra, quando a cobrança por uma maior participação política por parte de segmentos excluídos levou à série de acontecimentos que conduziram à **Revolução Gloriosa** em 1688. Esse processo de questionamento atingiu seu auge no final do século seguinte quando as colônias inglesas da América do Norte clamaram por liberdade econômica e política contra sua metrópole, a Inglaterra. Esse movimento tinha cunho iluminista, cujos defensores pregavam que todos deveriam gozar de liberdade, igualdade e fraternidade. Vitoriosos, os antigos colonos aceitaram esses ideais na primeira constituição de seu país, os Estados Unidos da América. E, apesar de suas contradições, como manter a escravidão negra, essa foi a primeira vez que a cidadania moderna se consolidou no mundo.

EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE CIDADANIA II

Os acontecimentos nas antigas colônias inglesas tiveram ampla repercussão na Europa. Os norte-americanos foram ajudados militarmente pela França, que, ao acompanhar com atenção o desenrolar dos acontecimentos, foi "contaminada" pelo **Iluminismo**. Ao analisarem a situação de seu país, oprimido pelo governo autoritário do rei Luís XVI, os franceses promoveram uma grande revolução em 1789. Os revolucionários, basicamente "gente miúda" e pobre formada por camponeses e *sans-culottes*, promulgaram a **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, onde estão expressos os ideais dessa moderna forma de cidadania.

Consequência direta de 1789 foi a chegada de **Napoleão Bonaparte** ao poder. Belicoso e expansionista, seu império não duraria muito tempo. Assim que ruiu, as potências europeias reuniram-se no **Congresso de Viena**, onde, dentro de um espírito conservador, os monarcas absolutistas criaram a Santa Aliança. Esta era uma organização político-militar que tinha por objetivo ajuda mútua, caso algum movimento liberal viesse a ameaçar as "monarquias legítimas" europeias.



Como signatárias do Congresso de Viena, as monarquias ibéricas estavam sujeitas a esse movimento conservador. Suas colônias, contudo, escaparam dessa vigilância devido a três fatores que ajudaram em sua independência: a **Revolução Industrial** inglesa; a ruptura do equilíbrio político europeu causado por Napoleão; e, por fim, o próprio desenvolvimento intelectual de sua elite, seduzida pelos ideais iluministas.

O início da independência das colônias americanas aconteceu no México em 1811. Na América do Sul, a independência das antigas colônias foi conduzida por **Simon Bolívar**, **Bernardo O'Higgins**, **José de San Martín** e **Antônio José de Sucre**, os chamados "libertadores da América".

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL



Logo após a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil (para onde veio fugida das tropas napoleônicas), em 28 de janeiro de 1808, o **príncipe D. João** determinou a abertura dos portos brasileiros a todos "os navios estrangeiros das potências que se conservem em paz e harmonia" com a Coroa portuguesa. Essa medida foi amplamente apoiada pelos grandes proprietários brasileiros, ansiosos por liberdade comercial.

As **Cortes de Lisboa**, contudo, tentaram restringir as medidas de D. João. Surgiram, então, no Brasil, dois partidos: o português, favorável ao projeto das Cortes e o brasileiro, que defendia a manutenção da liberdade econômica e administrativa. Quando, após a volta de D. João VI a Portugal, em 1821, as Cortes ordenaram ao príncipe **D. Pedro** que também retornasse a Portugal; o **partido brasileiro**, liderado por **José Bonifácio**, iniciou a articulação que levaria à independência, acontecida em 7 de setembro de 1822.

No dia 3 de maio de 1823, o imperador D. Pedro I instaurou uma Assembleia Constituinte, advertindo que o texto final da Constituição só seria promulgado se obtivesse sanção imperial. Mesmo diante dessa declaração, a Assembleia elaborou um anteprojeto de cunho liberal em que primavam princípios que limitavam ao máximo o poder do Imperador e valorizavam as atribuições do Poder Legislativo.



Totalmente incompatibilizada com o autoritarismo do Imperador, a Assembleia foi dissolvida. D. Pedro I criou, então, o **Conselho de Estado**, do qual era também o presidente, para elaborar um novo anteprojeto constitucional. Em apenas 40 dias a tarefa foi cumprida e, em 25 de março de 1824, o Imperador outorgou e jurou a primeira Constituição brasileira, que reger o país até 1889. Essa carta constitucional teve como uma de suas principais características a adoção do **Poder Moderador** e o estabelecimento de **eleições indiretas e censitárias**.

A CIDADANIA NA REPÚBLICA BRASILEIRA

Entre junho e o início de novembro de 1889, a **insatisfação dos militares** com o regime monárquico aumentou, e a agitação entre os civis ganhou força com as críticas ao Baile da Ilha Fiscal.

O movimento para a deposição da Monarquia iniciou na noite do dia 14 de novembro, quando a 2ª Brigada se revoltou em reação ao boato de que **Benjamin Constant** seria preso. Quando este chegou ao quartel, às 7 da manhã, os sublevados partiram rumo ao Campo de Santana, onde estava localizado o Quartel-General do Rio de Janeiro. No caminho, os dois batalhões de infantaria se encontraram com o grupo de militares comandados por **Deodoro da Fonseca** e juntos derrubaram o regime monárquico.

Foi então instaurado o Governo Provisório, cujas primeiras medidas foram a supressão da Constituição de 1824 e a convocação de uma Assembleia Constituinte. Promulgada em 24 de fevereiro de 1891, a **segunda Constituição brasileira** teve entre suas principais características a adoção do **sistema federativo**, do **presidencialismo** e do **regime representativo**. Contudo, os eleitores seriam todos os cidadãos do sexo masculino, maiores de 21 anos e alfabetizados. Foram excluídos do processo eleitoral mulheres, soldados, religiosos e analfabetos, que constituíam a maior parte da população brasileira.



Os primeiros anos da República consolidaram definitivamente o poder dos grandes proprietários, especialmente de São Paulo e Minas Gerais, perpetuando práticas de dominação existentes desde a época imperial, sobretudo no tocante às oligarquias rurais, representadas na figura dos **coronéis**. O poder destes advinha em grande parte da posse da terra, o que lhes garantia o controle sobre os habitantes de sua região, que votavam em quem eles queriam. Essa prática ficou conhecida como **voto de cabresto** ou de **curral**. Nas eleições desse período havia outros tipos de fraudes, como o **voto a descoberto** e o **bico de pena**.

A CIDADANIA NA ERA VARGAS

"Minha carreira política começou na década de 1920, período dominado pelo coronelismo e pelas oligarquias políticas. Foi nesse contexto que surgiu o **tenentismo**, movimento que refletia o descontentamento com a corrupta política brasileira. A situação se agravou em 1930, durante a sucessão presidencial, quando as oligarquias mineira, nordestina e sulista formaram a Aliança Liberal e indicaram meu nome como candidato à presidência. Fui, porém, derrotado.

O assassinato de **João Pessoa** precipitou o movimento militar que, vitorioso, instaurou o Governo Provisório sob minha presidência. Em 16 de julho de 1934, convoquei a Constituinte, que promulgou a **terceira Constituição brasileira**. Entre suas principais medidas estava a criação da Justiça do Trabalho e do Código Eleitoral que instituiu o voto secreto e a extensão do direito de voto a homens e mulheres maiores de 18 anos. Meu primeiro governo foi tumultuado: a **crise do café**, o agravamento do **cangaço** e principalmente o **levante comunista de 1935** me levaram, através de um golpe militar, a instituir o Estado Novo, consolidado através de uma nova **Constituição**, em 1937.

Contudo, a experiência de luta do Brasil contra regimes totalitários ao lado de países democráticos na II Guerra Mundial enfraqueceu meu governo. Em fevereiro de 1945, manifestações populares por eleições me levaram a iniciar uma reforma constitucional que regulamentou as eleições para presidência e autorizou o funcionamento de partidos políticos. Apesar das reformas, fui afastado do poder.

Convocada a 2 de dezembro de 1945, uma nova Assembleia Constituinte promulgou a **quinta Constituição brasileira** em setembro de 1946. De inspiração democrática, ela determinou a eleição direta em todos os níveis de poder e vários tipos de liberdade: de pensamento, de consciência, de associação e de religião. Nas eleições presidenciais de dezembro de 1945, venceu o general **Eurico Gaspar Dutra**, cujo governo foi marcado por uma profunda crise social causada por problemas econômicos.

Aproveitando-me do quadro crítico, retornei ao poder "nos braços do povo", nas eleições de 1950. Meu novo governo, marcado pelo **nacionalismo**, começou a ser criticado por setores conservadores da sociedade brasileira. O ápice dessa crise aconteceu com o atentado ao meu principal crítico, o jornalista Carlos Lacerda, em 5 de agosto de 1954. Pressionado a renunciar, escrevi uma "carta testamento" e suicidei-me em 24 de agosto de 1954".

1954-1985

BRASIL, 1954 - 1985

Após o suicídio de Getúlio Vargas, o Brasil foi varrido por rumores de um golpe militar. Mesmo assim, as eleições presidenciais previstas pela Constituição em 1954 foram realizadas e apontaram **Juscelino Kubistchek** (JK) como novo presidente da República. Após uma **frustrada tentativa de golpe militar**, JK assumiu a presidência e implementou o **Plano de Metas** que pretendia fazer o Brasil crescer "50 anos em 5".

Em 1961, JK passou a presidência a **Jânio Quadros**, político populista que governou de forma ambígua, flertando com os dois blocos de poder vigentes em plena Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética. Sofrendo grande oposição interna, Jânio renunciou apenas sete meses depois de assumir a presidência. Assim, o vice-presidente **João Goulart**, após mais uma tentativa de golpe militar e uma transição forçada ao **parlamentarismo** com a restrição dos poderes do presidente, chegou ao poder. Visto com desconfiança pelos setores conservadores brasileiros por ser suspeito de ligações com o **comunismo**, o governo João Goulart foi marcado pela tentativa de promover as **Reformas de Base**. Isso desagradou profundamente as Forças Armadas que, finalmente, no dia 1º de abril de 1964, promoveram um golpe de Estado que implantou a **ditadura no Brasil**.

Ao longo do período em que governaram o Brasil (1964-1985), os militares procuraram reprimir as oposições através da concentração dos poderes nas mãos de seus presidentes. Um dos instrumentos para isso foram os chamados Atos Institucionais (AI) que alteravam a Constituição e tornavam legais as medidas ditatoriais. Na prática, os AI acabaram com o Estado de direito e as instituições democráticas do país.



1985-2010

BRASIL 1985 - 2010

Após o período conhecido como “anos sombrios”, o general **Ernesto Geisel** assumiu a presidência do Brasil em 1974 com a promessa de retomar o crescimento econômico e restabelecer a democracia através de uma “distensão lenta, segura e gradual”, ou seja, o processo de abertura seria controlado pelos militares. Apesar da oposição da chamada “linha dura” das Forças Armadas, este processo foi marcado principalmente pelas vitórias eleitorais do **Movimento Democrático Brasileiro (MDB)**.



O último presidente militar, **João Baptista Figueiredo** (1979-1985) aprofundou a transição ao sancionar a **Lei da Anistia** (1979) e implantou o pluripartidarismo. Além da forte oposição do movimento operário, o último governo militar ainda enfrentou a campanha das **Diretas Já**, movimento popular que pressionava pelo retorno das eleições diretas para presidente já em 1984. Apesar de derrotado, o movimento viu o Congresso eleger o candidato da oposição aos militares como o novo presidente do Brasil, **Tancredo Neves**.

A redemocratização começou de forma trágica devido à doença e, posteriormente, à morte de Tancredo Neves. Apesar disso, o processo não parou, pois logo foram apresentadas emendas à Constituição que garantiam medidas como eleições diretas e liberdade de criação de partidos políticos. A redemocratização se consolidou através de eleições para uma nova Assembleia Constituinte, em 15 de novembro de 1986. Seus trabalhos resultaram na promulgação da **Constituição de 1988**, que ampliou e fortaleceu as garantias dos direitos individuais e das liberdades públicas. Isso se deu, principalmente, através da garantia de voto aos analfabetos e aos maiores de 16 anos em eleições livres e diretas para todos os níveis, com voto universal, secreto e obrigatório.

CONHECENDO A HISTÓRIA DO TRE-PA

As primeiras disposições eleitorais no Brasil remontam à Constituição de 1824. Contudo, um código eleitoral de fato só seria instituído no país pelo Decreto n.º 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Ele instituiu o **voto feminino**, o voto de caráter secreto, regulamentou os partidos políticos, bem como criou a Justiça Eleitoral, que culminou, em maio de 1932, com a criação do **Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**. A Justiça Eleitoral também foi implementada no Pará a partir de 1932 quando o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) iniciou suas atividades. O cotidiano do novo órgão foi amplamente descrito na imprensa da época.

As atividades do TRE-PA foram suspensas em 1937 com o Estado Novo. Esta suspensão vigorou até o Decreto de n.º 7.586 de 28 de maio de 1945 quando foi restabelecida a Justiça Eleitoral, e o TSE determinou o início do alistamento eleitoral em todo o país com a recomendação de que os Tribunais Regionais Eleitorais fossem reinstalados até o dia 16 de junho. Seguindo a determinação, no dia 6 de junho de 1945, na sala de sessões do Tribunal de Apelação, sob a gestão do Presidente Desembargador **Manoel Maroja Neto** e do Vice-Presidente Cursino Loureiro da Silva, o TRE-PA foi reinstalado.



As atividades do Tribunal iniciaram em um modesto imóvel térreo cedido pelo Governo do Estado, localizado na Rua Manoel Barata com a Travessa Padre Eutíquio. Este prédio, contudo, teve sua estrutura condenada pelo Departamento de Engenharia da União, sendo por isso demolido no ano de 1971. A pouca estrutura da Justiça Eleitoral gerou críticas de funcionários e eleitores, que pressionavam para que o TRE-PA tivesse sua "casa própria". Para atenuar a questão, o governador **Fernando Guilhon** doou um imóvel, na Rua João Diogo, adquirido por duzentos mil cruzeiros do médico Cândido Pereira para o funcionamento provisório do Tribunal.

Para a construção da sede definitiva, foi realizada uma concorrência pública em 1973, tendo a empresa vencedora delegado o projeto ao arquiteto **Milton Monte** que, inspirado no movimento modernista, usou formas e estruturas para torná-lo diferente do que havia no centro histórico de Belém. Foi projetado para reunir todos os setores do órgão, que estavam dispersos e funcionando em precárias condições, tanto para o corpo funcional como para a clientela atendida. O novo prédio foi concluído em 1975 e teve sua primeira sessão, cuja ata encontra-se exposta neste Memorial, realizada no dia 5 de março de 1976.

TRE-PA: DEMOCRACIA

CONSOLIDANDO A DEMOCRACIA

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) foi criado para garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia. Para tal, prima por valores como ética, responsabilidade, transparência, segurança e celeridade, buscando, dessa forma, aprimorar continuamente o planejamento e a segurança do processo eleitoral.

Nesse sentido, o TRE-PA se destaca por organizar eleições em um Estado que tem condições ambientais e geográficas peculiares. Atualmente, o Pará conta com mais de 4 milhões de eleitores e está dividido em mais de 100 **Zonas Eleitorais**, algumas delas localizadas em áreas de difícil acesso. Por isso, as urnas eletrônicas mais novas são enviadas para o interior e as mais antigas utilizadas na capital, pela maior facilidade de manutenção.

As eleições, hoje, acontecem sustentadas por um projeto de informatização desenvolvido entre 1995 e 1996, no qual o TSE e os Tribunais Regionais agiram conjuntamente visando a uma melhor organização do processo eleitoral. O sistema desenvolvido permitiu que o eleitor registrasse o seu voto de forma automatizada através da **urna eletrônica**. Dessa forma, os resultados apurados em cada seção eleitoral são executados pelo próprio sistema informatizado e divulgados imediatamente após o encerramento das eleições. Em 2000, o projeto foi implantado em sua totalidade, ocasião em que todo o eleitorado votou por meio eletrônico.

Em seu cotidiano, o TRE-PA realiza Sessões Plenárias públicas as quais deliberam por maioria de votos, com a presença mínima de quatro de seus **membros**, incluído o **Presidente**. Neste sentido, somente pelo voto da maioria absoluta de seus juízes poderá o Tribunal declarar a inconstitucionalidade de lei ou de ato do Poder Público e proferir decisões que importem na interpretação do Código Eleitoral em face da Constituição, na anulação geral de eleições ou na **perda de diploma ou de mandato**.



TRE-PA: CONSTRUINDO O AMANHÃ

O TRE-PA destaca a biometria, reconhecimento do indivíduo a partir de suas impressões digitais, como uma de suas mais importantes metas para o futuro. Esta é a nova forma escolhida pela Justiça Eleitoral para garantir a identificação do eleitor, pois não existe uma impressão digital igual à outra. No momento da votação, a urna eletrônica reconhece a impressão digital do eleitor que está se apresentando para votar, impossibilitando que outro vote em seu lugar.

Em 2008, o TSE realizou as primeiras eleições biométricas do mundo, em caráter experimental, nos municípios de Fátima do Sul (MS), Colorado do Oeste (SC) e São João Batista (RO), onde os eleitores puderam se recadastrar tendo registradas no Cadastro de Eleitores suas fotografias e impressões digitais. No final de 2009, 51 cidades brasileiras, dentre elas, Capanema, no Pará, iniciaram o processo biométrico e tiveram eleições já realizadas com o novo sistema. A implantação do sistema biométrico em todo o país envolve o cadastramento de todos os eleitores, o que deve ser feito de forma gradativa até 2018.



O TRE-PA busca sempre melhor atender a população, de modo que cada um dos seus projetos privilegia um ramo específico da esfera social. O **Programa Eleitor do Futuro** visa realizar a democratização das discussões políticas entre alunos da rede de ensino fundamental e médio através de palestras, oficinas, seminários e outras ações que possibilitem a criação de meios que garantam a independência e a liberdade de consciência para a formação de juízos de valores. Também de grande relevância social é o **Programa Eleitor Alfabetizado**, que objetiva estimular a formação política e cidadã de eleitores analfabetos do Estado do Pará por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Atividades sociais são estimuladas ainda com a **Caravana da Cidadania**, que produz um conjunto de ações por meio de unidades móveis do TRE-PA, disponibilizando diversos serviços à população, dentre eles, atendimento eleitoral itinerante, programas de educação ambiental e conscientização do eleitorado. Nesse contexto, existe ainda a **Inclusão Digital Eleitoral** que desenvolve ações que esclarecem a população sobre transparência no processo eleitoral. O TRE-PA convida a população a participar das eleições através do **Programa Mesário Voluntário**, que estimula e qualifica pessoas que veem a participação no processo eleitoral como uma prática cidadã. Desse modo, o TRE-PA vê como sendo de suma importância os programas, ações e projetos da Justiça Eleitoral, pois a participação da população é imprescindível para o fortalecimento da democracia brasileira.